

# PROCURADOR

**CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA/BAHIA**  
**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2015**  
*Data de aplicação: 08 de novembro de 2015*



  
**MULTYDEIAS**  
Concurso & Consultoria

*Caderno de Questões*

NOME COMPLETO DO(A) CANDIDATO(A)

SALA Nº

*Caro(a) Candidato(a),*

Leia com atenção e cumpra rigorosamente as seguintes instruções. Elas são parte integrante da prova e das normas que regem este Concurso Público.

**INSTRUÇÕES INICIAIS:**

1. Você terá 04 (quatro) horas para responder as questões dessa Prova, sendo de 01 hora o tempo mínimo de permanência em sala.
2. Ao concluir a prova, entregue ao fiscal a Folha de Respostas.
3. Você só poderá levar o Caderno de Prova após decorridas 03 (três) horas do início efetivo da prova.
4. Quando faltar uma hora para o encerramento do tempo de aplicação da prova, o fiscal informará aos candidatos.
5. Ao abrir o Caderno de Provas, confira a sequência das páginas e das questões. Se for identificado algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal.
6. Iniciada a prova, é vedado formular perguntas, pois o entendimento das questões é parte integrante da mesma.
7. Não é permitido comunicar-se com outro candidato ou recorrer a consultas a livros, anotações, agendas eletrônicas, gravadores, ou mesmo usar máquina calculadora, telefone celular e/ou similares ou qualquer instrumento receptor/transmissor de mensagens.
8. Os dois últimos candidatos deverão permanecer na sala até a entrega da prova pelo último candidato.

## **CADERNO DE QUESTÕES**

Este caderno de Prova contém 40 questões objetivas, com 05 (cinco) alternativas cada uma, indicadas pelas letras **(a)**, **(b)**, **(c)**, **(d)** e **(e)**, assim distribuídas:

10 questões **de Português;**

10 questões **de Conhecimentos Gerais/Regionais/Atualidades;**

20 questões **de Conhecimentos Específicos.**

---

## **SOBRE A FOLHA DE RESPOSTAS**

1. É de sua inteira responsabilidade o manuseio correto da Folha de Respostas.
  2. Leia cuidadosamente cada questão e marque a resposta correta na Folha de Respostas.
  3. Existe **APENAS UMA** resposta correta para cada questão objetiva. Observe as instruções dadas para as questões.
  4. Use caneta esferográfica de tinta azul ou preta ao assinalar sua resposta na Folha de Respostas, e preencha completamente o espaço a ela destinado, sem ultrapassar os seus limites.
  5. Confira os dados constantes na Folha de Respostas e assine-a no espaço reservado para tal fim, no cabeçalho.
- 

*Boa Sorte!*

**PORTUGUÊS – Questões de 01 a 10**

**Instrução:** analise cuidadosamente as questões apresentadas e marque na **Folha de Respostas** a alternativa coerente com a pergunta dada.

**QUESTÕES DE 01 A 06****Texto 01:**

**A Colômbia precisa dar prioridade aos direitos dos povos indígenas e comunidades afrodescendentes mais do que aos interesses econômicos**

1- O governo colombiano deve dar prioridade ao direito das comunidades indígenas e afrodescendentes de decidir como a sua terra será desenvolvida, mais do que ao desejo das empresas de explorar esses territórios pelo lucro, disse a Anistia Internacional em um novo relatório hoje.

4- O acesso e uso das terras ricas em recursos da Colômbia é uma das questões mais críticas das negociações de paz entre o governo e o grupo guerrilheiro Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), atualmente em curso em Havana, Cuba. Muitos dos que foram forçados a sair de suas casas devido ao conflito armado estão procurando maneiras para voltar e recuperar suas terras.

8- “A propriedade e ocupação das terras têm estado no centro da violenta guerra da Colômbia, com cerca de seis milhões de pessoas forçadas a sair de suas casas desde 1985, por causa da violência. Nenhuma negociação de paz terá sentido se o direito das comunidades indígenas e afrodescendentes de retornar às suas terras e decidir como serão usadas, não tiver prioridade acima do desejo das empresas de explorar essas terras para obter lucro”, disse Erika Guevara Rosas, diretora da Anistia Internacional para as Américas.

13- Cerca de seis milhões de pessoas foram deslocadas à força de suas casas como resultado do conflito armado na Colômbia. Pelo menos oito milhões de hectares de terra – uns 14% do território do país – foram abandonados ou adquiridos ilegalmente. Os afetados em sua maioria são indígenas, afrodescendentes e comunidades de agricultores cuja existência depende de suas terras.

17- Muitas dessas comunidades foram repetidamente removidas de suas terras depois de anos de ameaças e assassinatos por parte das forças de segurança, paramilitares, muitas vezes agindo em conluio com as forças armadas e guerrilhas. A remoção muitas vezes ocorre em áreas com potencial para exploração econômica, incluindo mineração.

21- Ao longo dos anos, as autoridades colombianas vêm concedendo licenças para empresas de mineração que procuram explorar essas terras e os seus vastos recursos naturais, e, no caso das terras das comunidades indígenas e afrodescendentes, muitas vezes o fazem sem consultá-las devidamente para obter seu consentimento prévio e livre.

25- Em 2012, o governo iniciou um programa de Restituição de Terras e de indenização para algumas das vítimas do conflito armado. O processo marcou um avanço significativo nos esforços para resolver a questão dos direitos das vítimas, mas com muita lentidão e tem sido mal aplicado.

28- Relativamente poucos dos que exigem suas terras de volta têm conseguido obter a devolução ou direito de posse, e as autoridades deixaram de garantir um apoio eficaz para aqueles que têm conseguido voltar.

31- Além disso, a legislação do governo poderá dificultar ainda mais posse legal e controle efetivo daqueles que foram forçados a deixar as terras. Por exemplo, a Lei 1753, aprovada pelo Congresso em junho de 2015, tornará mais fácil para as empresas estabelecerem operações em terras desapropriadas ou terras sobre as quais o controle se deu por meio de violações e abusos dos direitos humanos, inclusive territórios de propriedade coletiva dos Povos Indígenas e comunidades afrodescendentes.

36- Desde 2008, as autoridades colombianas vêm registrando pedidos de autorização para minerar, concedendo títulos minerários a empresas multinacionais em mais de 60% do território da comunidade indígena de Alto Andágueda, no departamento do noroeste de Chocó, o que coloca a própria existência da comunidade em risco.

40- No entanto, em setembro de 2014, Alto Andágueda se tornou o assunto da primeira ordem judicial para a restituição do território indígena.

42- A decisão deu esperança às milhares de pessoas que tinham sido forçadas a fugir da violência das forças de segurança, paramilitares e grupos guerrilheiros que lutam pelo controle da área rica em recursos. No entanto, as autoridades não obedeceram muitas das medidas ordenadas pelos juízes de restituição para assegurar o sustento da comunidade em seu território.

46- “Para os povos indígenas, afrodescendentes e camponeses agricultores, o acesso à terra não é um capricho, mas parte intrínseca de sua identidade e existência enquanto comunidades. Ao não apoiar eficazmente o regresso sustentável dessas comunidades, as autoridades colombianas estão simplesmente condenando milhares de pessoas à pobreza e a continuadas violações e abusos dos direitos humanos”, disse Erika Guevara Rosas.

BRASIL. Anistia. Disponível em <https://anistia.org.br/noticias/colombia-precisa-dar-prioridade-aos-direitos-dos-povos-indigenas-e-comunidades-afrodescendentes-mais-que-aos-interesses-economicos/>, acesso em 04 de novembro de 2015.

**QUESTÃO 01.** A abordagem essencial do texto é em matéria de:

- (a) Direito Internacional.
- (b) Direito Agrário.
- (c) Direitos Humanos.
- (d) Direito Empresarial.
- (e) História do Direito.

**QUESTÃO 02.** Assinale, entre as alternativas abaixo, aquela que contém o fragmento que melhor sintetiza a ideia básica do texto 1.

- (a) *“Muitos dos que foram forçados a sair de suas casas devido ao conflito armado estão procurando maneiras para voltar e recuperar suas terras.”* (linhas 6-7)
- (b) *“A propriedade e ocupação das terras têm estado no centro da violenta guerra da Colômbia...”* (linha 8).
- (c) *“Cerca de seis milhões de pessoas foram deslocadas à força de suas casas como resultado do conflito armado na Colômbia.”* (linhas 13-14)
- (d) *“Em 2012, o governo iniciou um programa de Restituição de Terras e de indenização para algumas das vítimas do conflito armado.”* (linhas 25-26)
- (e) *“Ao não apoiar eficazmente o regresso sustentável dessas comunidades, as autoridades colombianas estão simplesmente condenando milhares de pessoas à pobreza e a continuadas violações e abusos dos direitos humanos.”* (linhas 47-49)

**QUESTÃO 03.** A respeito do texto 1, analise os itens a seguir.

- I. O primeiro parágrafo do texto demarca a posição do autor frente ao tema.
- II. No segundo parágrafo, o autor estabelece sua tese e, no quarto, apresenta a antítese.
- III. Nos terceiro e último parágrafos, o autor insere no texto paráfrases da diretora da Anistia Internacional para as Américas, com intuito de consolidar os argumentos apresentados no desenvolvimento.
- IV. Podemos encontrar no texto marcas de intertextualidade.
- V. No décimo segundo parágrafo, o autor assume um posicionamento acerca da problemática em questão.

Está correto o que se afirma em:

- (a) I apenas.
- (b) II e III apenas.
- (c) IV apenas.
- (d) I, II e V apenas.
- (e) III e IV apenas.

**QUESTÃO 04.** Analise os fragmentos extraídos do texto 01 e sua vinculação com as características das tipologias e gêneros textuais.

- I. *“Ao longo dos anos, as autoridades colombianas vêm concedendo licenças para empresas de mineração que procuram explorar essas terras e os seus vastos recursos naturais...”* (linhas 21-22), trata-se de uma crônica posto que apresenta uma história, contextualizada em um tempo e espaço.
- II. *“A decisão deu esperança às milhares de pessoas que tinham sido forçadas a fugir da violência das forças de segurança, paramilitares e grupos guerrilheiros que lutam pelo controle da área rica em recursos. No entanto, as autoridades não obedeceram muitas das medidas ordenadas pelos juízes de restituição para assegurar o sustento da comunidade em seu território”* (linhas 42-45), trata-se de um

- ensaio uma vez que, por ser opinativo, apresenta ideias desenvolvidas através de estratégias argumentativas com a finalidade convencer o interlocutor.
- III. “O governo colombiano deve dar prioridade ao direito das comunidades indígenas e afrodescendentes de decidir como a sua terra será desenvolvida, mais do que ao desejo das empresas de explorar esses territórios pelo lucro...” (linhas 1-3), trata-se de uma injunção com a finalidade de instruir o interlocutor sobre a problemática, utilizando verbos no imperativo para atingir seu intuito.
  - IV. “O acesso e uso das terras ricas em recursos da Colômbia é uma das questões mais críticas das negociações de paz entre o governo e o grupo guerrilheiro Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), atualmente em curso em Havana, Cuba.”(linhas 4-6) tem por objetivo descrever objetivamente uma situação específica demarcada no texto.
  - V. “Além disso, a legislação do governo poderá dificultar ainda mais posse legal e controle efetivo daqueles que foram forçados a deixar as terras. Por exemplo, a Lei 1753, aprovada pelo Congresso em junho de 2015, tornará mais fácil para as empresas estabelecerem operações em terras desapropriadas ou terras sobre as quais o controle se deu por meio de violações e abusos dos direitos humanos, inclusive territórios de propriedade coletiva dos Povos Indígenas e comunidades afrodescendentes.” (linhas 31-35), trata-se de uma exposição objetivando apresentar informações sobre um fato específico, por meio de uma linguagem denotativa, primando pela clareza e concisão.

Considerando os itens dados e tipologia e gênero textuais a que pertence o texto 1, é correto o que se afirma em:

- (a) percebe-se um gênero híbrido com a presença de elementos citados nos itens I e II.
- (b) percebe-se um gênero híbrido com a presença de elementos citados nos itens III e V.
- (c) apenas em IV.
- (d) apenas em II.
- (e) apenas em V.

**QUESTÃO 05.** Julgue os itens que se seguem correlacionando a palavra/expressão em destaque com o sentido empregado.

- I. “Nenhuma negociação de paz terá sentido **se** o direito das comunidades indígenas e afrodescendentes de retornar às suas terras e decidir como serão usadas...” (linhas 9-11) – Expressa a relação de explicação, razão ou motivo.
- II. “não tiver prioridade acima do desejo das empresas de explorar essas terras **para obter lucro**” (linhas 11-12) – Introduce uma oração que expressa a finalidade ou o objetivo com que se realiza a principal.
- III. “...foram abandonados **ou** adquiridos ilegalmente.”(linhas 14-15) – Expressa uma relação de alternância, seja por incompatibilidade dos termos ligados ou por equivalência dos mesmos.
- IV. “O processo marcou um avanço significativo nos esforços para resolver a questão dos direitos das vítimas, **mas** com muita lentidão e tem sido mal aplicado.” (linhas 26-27) - Inicia a segunda oração, com dependência da primeira, indicando contrariedade.
- V. “**No entanto**, em setembro de 2014, Alto Andágueda se tornou o assunto da primeira ordem judicial para a restituição do território indígena.” (linhas 40-41) – Introduce uma oração que expressa a consequência da principal.

Está correto o que se afirma em:

- (a) I e II apenas.
- (b) II e III apenas.
- (c) III e IV apenas.
- (d) I, IV e V apenas.
- (e) II, III e IV apenas.

**QUESTÃO 06.** Julgue os itens abaixo.

- I. Nos fragmentos “A decisão deu **esperança** às milhares de pessoas que tinham sido forçadas a fugir da violência das forças de segurança, paramilitares e grupos guerrilheiros que lutam pelo controle da área rica em recursos” e “...a legislação do governo poderá **dificultar** ainda mais posse legal e controle efetivo daqueles que foram forçados a deixar as terras.” as palavras em destaque atuam com a mesma função sintática.
- II. Nos fragmentos “A decisão deu **esperança** às milhares de pessoas **que** tinham sido forçadas a fugir da violência das forças de segurança, paramilitares e grupos guerrilheiros **que** lutam pelo controle da área rica em recursos” e “...a legislação do governo poderá dificultar ainda mais posse legal e controle efetivo daqueles **que** foram forçados a deixar as terras.” as palavras em destaque atuam com a mesma função morfosintática.

- III. Nos fragmentos “*Nenhuma negociação de paz terá sentido **se** o direito das comunidades indígenas e afrodescendentes de retornar às suas terras e decidir como serão usadas...*” e “*No entanto, em setembro de 2014, Alto Andágueda **se** tornou o assunto da primeira ordem judicial para a restituição do território indígena*” atuam com a mesma função morfossintática.
- IV. No fragmento “***Nenhuma negociação de paz terá sentido** se o direito das comunidades indígenas e afrodescendentes de retornar às suas terras e decidir como serão usadas, não tiver prioridade acima do desejo das empresas de explorar essas terras para obter lucro.*”, o termo em destaque atua como oração principal da segunda subsequente.
- V. No fragmento “*Nenhuma negociação de paz terá sentido se o direito das comunidades indígenas e afrodescendentes de retornar às suas terras **e decidir** como serão usadas, não tiver prioridade acima do desejo das empresas de explorar essas terras para obter lucro.*”, o termo em destaque atua como oração coordenada sindética em relação a sua anterior.

Está correto o que se afirma em:

- (a) I, II e III apenas.
- (b) I, IV e V apenas.
- (c) III e IV apenas.
- (d) I, II, IV e V apenas.
- (e) todos os itens.

### QUESTÕES 07 E 08

#### TEXTO 2: Subpoesia

Subsaarianos somos  
 sujeitos subentendidos  
 subespécies do submundo

subalimentados somos  
 surtos de subepidemias  
 sumariamente submortos

do subdólar somos  
 subdesenvolvidos assuntos  
 de um sul subserviente

MENDONÇA. José Luís. *Subpoesia*. In: *Chuva novembrina*, 1981.

**QUESTÃO 07.** A respeito do poema acima do escritor angolano José Luís Mendonça, julgue os itens abaixo.

- I. O título do texto já se configura como uma primeira pista dada pelo autor acerca da reflexão que se pretende provocar no leitor.
- II. O título do texto se configura numa pista falsa dada pelo poeta uma vez que a provocação que se quer instalar submete-se ao sentido contrário da palavra “subpoesia”.
- III. O poeta pauta, como centralidade da discussão, o aspecto da literatura canônica produzida nos grandes centros, demarcado pelo verso “*subespécies do submundo*”.
- IV. O autor inscreve sua poesia como uma voz política para denunciar o olhar do outro sobre seu locus, seu cotidiano e sua economia.
- V. Subliminarmente, o poeta critica o outro, mas também reflete como os seus iguais assumem o discurso produzido pelo outro que não é do “*submundo*”, expresso no verso “*um sul subserviente*”.

É correto o que se afirma em:

- (a) apenas em I e IV.
- (b) apenas em I, IV e V.
- (c) apenas em IV e V.
- (d) apenas em II e III.
- (e) todos os itens.

**QUESTÃO 08.** O poeta angolano José Luís Mendonça faz uso, marcadamente, da seguinte figura de linguagem:

- (a) aliteração.
- (b) assonância.
- (c) onomatopeia.
- (d) oxímoro.
- (e) metalinguagem.

**QUESTÕES 09 E 10**

**TEXTO 3:**



Disponível em <https://saiasjustas.files.wordpress.com/2009/10/15.jpg>, acesso em 04 de novembro de 2015.

**QUESTÃO 09.** Julgue os itens abaixo.

- I. Os personagens da charge demonstram estar preocupados e conscientes acerca da Reforma Ortográfica.
- II. A leitura da charge nos faz refletir sobre a língua como fenômeno social.
- III. A leitura da charge nos coloca a refletir acerca da importância dos usuários da língua.
- IV. A reforma ortográfica teve por finalidade promover a aproximação e fortalecimento dos países que têm a Língua Portuguesa como seu idioma oficial.
- V. A língua não se paralisa, ela está em constante mutação, a exemplo disso, temos a linguagem própria dos usuários nas redes sociais.

É correto o que se afirma em:

- (a) apenas em I, II, III e V.
- (b) apenas em II e III.
- (c) apenas em IV e V.
- (d) apenas em II, III, IV e V.
- (e) todos os itens.

**QUESTÃO 10.** Julgue os itens abaixo acerca dos aspectos trazidos pela Nova Reforma Ortográfica.

- I. A grosso modo, podemos destacar que há alteração no número de letras do alfabeto: de 23 para 26.
- II. Ocorre o desaparecimento total do uso do trema.
- III. Há alteração de regras de acentuação, a saber: não se usa mais o acento de ditongos abertos das palavras paroxítonas.
- IV. Nas palavras paroxítonas, não se usa mais o acento em “i” e “u” tônicos, quando vierem depois de um ditongo.
- V. Nas palavras oxítonas, com ditongos abertos, segue a mesma alteração das palavras paroxítonas.

É correto o que se afirma em:

- (a) apenas em I, III e IV.
- (b) apenas em II e V.
- (c) apenas em I, II, III e IV.
- (d) apenas em III e IV.

- (e) todos os itens.

---

**CONHECIMENTOS GERAIS / REGIONAIS / ATUALIDADES – Questões de 11 a 20**

---

**Instrução:** analise cuidadosamente as questões apresentadas e marque na **Folha de Respostas** a alternativa coerente com a pergunta dada.

---

**QUESTÃO 11.** As cidades, geralmente, são consideradas assentamentos permanentes em que seus habitantes passam a trabalhar em ocupações mais especializadas para além da agricultura. Assim, toda cidade tem sua história de fundação e expansão que engloba fatos que vão desde a origem do nome, atividade econômica inicial, primeiros habitantes, etc. Sobre isso, analise as alternativas abaixo e marque a INCORRETA sobre a cidade de Serrinha – BA.

- (a) As origens da cidade remontam à compra da Fazenda Serrinha por Bernardo da Silva, ainda no século XVIII, que pertencia à fazenda Tamboata.
- (b) No século XIX, o Arraial de Serrinha foi elevado à categoria e Vila, com território desmembrado de Purificação dos Campos, atual Irará.
- (c) Como fato histórico importante, a Vila de Serrinha recebeu prerrogativa de cidade em 1891 por meio de ato assinado por Henrique Pereira de Lucena, o Barão de Lucena.
- (d) Inaugurada em 1891, a estrada de ferro, que interligou Serrinha à Salvador e Alagoinhas, influenciou economicamente a cidade, pois além do transporte de pessoas, servia também ao transporte de mercadorias.
- (e) No dia 2 de outubro de 1863, pela Lei número 2.942, foi desmembrado de Santo Antônio o povoado de Serrinha do Olho d'Água e elevado à categoria de município com o nome de Serrinha.

**QUESTÃO 12.** Fotografia do garoto Aylan Kurdi, afogado em praia do município costeiro turco de Bodrum, expõe para o mundo em 2015, crise migratória que rivaliza somente com as ocorridas no final da Segunda Guerra Mundial. Analise as alternativas abaixo e assinale a correta.

- (a) Os fluxos migratórios atuais se intensificaram para a Europa, sobretudo após o terremoto no Haiti, e, em sua grande maioria, é composta por haitianos que tentam penetrar o continente pelo Estreito de Gibraltar.
- (b) Após a deflagração da crise humanitária posterior à Guerra do Iraque, a imigração de curdos, iraquianos xiitas e iranianos passou a preocupar os países europeus, sobretudo à Grécia, que teve sua crise econômica intensificada.
- (c) O principal fluxo migratório, que tem ocorrido na Europa, acontece pelo Mediterrâneo e concentra a maior parte dos seus imigrantes vindos de países do norte da África em guerra civil, como Tunísia e Síria.
- (d) A manifestação do fenômeno migratório, atualmente em curso na Europa, deve-se a vários fatores, entre eles, a Guerra Civil na Síria, país que concentra grande parte dos refugiados e a expansão do Estado Islâmico no Oriente Médio que aterroriza povos que estão no seu caminho.
- (e) Embora os imigrantes que invadem a Europa tenham várias procedências e etnias, os principais grupos são formados por pessoas do Oriente Médio, sobretudo líbios que após a morte de Muammar al-Gaddafi, vivem uma guerra civil sem trégua, a qual esfacelou o país pela atuação da Al-Qaeda.

**QUESTÃO 13.** Região geográfica brasileira considerada nova fronteira agrícola batizada por "*Matopiba*" pelo Ministério da Agricultura, há duas décadas estava relegada ao esquecimento, todavia, diversas transformações socioeconômicas ligadas à ampliação da infraestrutura viária, logística e energética ocorreram nessa região. Sobre isso, identifique a alternativa correta.

- (a) O termo "*Matopiba*" é um acrônimo composto pelas duas primeiras letras dos Estados que divisam, delimitando uma área, e refere-se ao Mato Grosso, Tocantins, Piauí e Bahia.
- (b) A Zona da Mata do "*Matopiba*" ou "*Mapitoba*" encerra uma área no norte do país, delimitada pelos municípios amazônicos de Manicoré, Tonantins, Pirapemas e Barcelos, que concentra terras férteis e estão sendo usadas para expansão da soja e da pecuária bovina.
- (c) O território de "*Matopiba*" abrange mesorregiões do Norte e Nordeste brasileiro entre os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia de grande produtividade agrícola.
- (d) Conhecida como "quadrilátero da fatura", a região do "*Matopiba*" concentra terras do cerrado do Estado de Goiás de grande produtividade de grãos, formada pelos municípios de Maurilândia, Torvelândia, Pirenópolis e Baliza.



- (e) O termo "*Matopiba*" faz referência às iniciais dos municípios mato-grossenses Marcelândia, Torixoréu, Piranatinga e Barra dos Garças, conhecidos por recordes agrícolas anuais, os quais têm contribuído, sobremaneira, para superávit da balança comercial brasileira.

**QUESTÃO 14.** Em janeiro deste ano (2015), dentro de um luxuoso apartamento no 13º andar de um prédio na área portuária de Buenos Aires, um promotor argentino de 51 anos foi encontrado sem vida ao redor de uma poça de sangue no banheiro de seu apartamento com um único disparo na cabeça, dias antes de divulgar um relatório contra o governo da presidente Cristina Kirchner. Rapidamente, os argentinos começaram a se questionar: foi um suicídio ou um assassinato?

Adaptado de matéria de Wyre Davies na BBC Brasil. Disponível: <<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/>>

Os fatos sobre essa morte, desdobramentos e elementos fundantes foram vastamente divulgados pela imprensa mundial. Analise as alternativas abaixo e assinale aquela correta.

- (a) O promotor, que segundo versões oficiais se suicidou, chamava-se Hector Timerman e investigava uma conexão internacional de prostituição e tráfico de drogas, envolvendo pessoas do alto escalão do governo de Cristina Kirchner, acusada de acobertar o escândalo e impedir a divulgação do relatório de Timerman, no qual era denunciada.
- (b) Principal investigador da Coordenação Nacional de Promotoria Argentina, o promotor Julio Schlosser, achado morto em circunstâncias misteriosas, investigava um atentado terrorista, ocorrido em solo argentino na década de 1990 contra vôo da Aerolineas Argentinas que conduzia um grupo de judeus (150 mortos). O ataque foi atribuído a terroristas iranianos que, supostamente, foram acobertados pelo governo Kirchner.
- (c) Perseguições, traições, planos para desenvolvimento de tecnologia nuclear, por meio de conluio Argentina-Irã, estão por trás da morte do Promotor Alberto Nisman, que investigava as ligações secretas dos Kirchner (Nestor e Cristina) com o governo iraniano em uma cooperação espúria para o desenvolvimento de armas nucleares pelo Irã.
- (d) O promotor achado morto chamava-se Alberto Nisman e investigava um ataque terrorista ocorrido na Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA), em julho de 1994, onde morreram 85 pessoas. Nisman abriu um processo criminal contra Cristina Kichner, alegando tentativa de acobertar uma suposta participação do Irã no atentado.
- (e) Muitas teorias estão sendo usadas para explicar a morte do promotor Alberto Nisman, se assassinato ou suicídio. Todavia, o ponto fulcral da controvérsia está no fato de Nisman, por meio das suas investigações, ligar o casal Kichner, últimos presidentes da Argentina, ao desaparecimento de milhares de militantes de esquerda durante a ditadura militar do general Juan Carlos Onganía.

**QUESTÃO 15.** As tecnologias estão mudando as comunicações modernas? Julie Bishop é ministra dos Negócios Estrangeiros da Austrália e, em 2015, o site popular "*BuzzFeed*" a entrevistou. Muitas perguntas foram feitas, entre elas, sobre sua vida pessoal, sobre o Governo da Austrália e relações internacionais com outros países. Todas essas questões são normais e, frequentemente, líderes de governos respondem a perguntas desse tipo sem maiores problemas. Mas, dessa vez, as respostas de Bishop não pareciam normais. Ela respondeu às questões totalmente por meio de *emojis*.

Adaptado de *Technology Changing Modern Communication*. Disponível em <<http://spotlightenglish.com/listen/technology-changing-modern-communication>>

O mundo atual passa por revoluções em vários domínios e, nas comunicações, parece que essas mudanças são mais velozes. Sobre esse assunto, analise as alternativas abaixo e assinale o correto.

- (a) *Emojis* são ideogramas, originalmente, japoneses que expressam, por meio de figuras especiais, ideias e condições sentimentais em substituição às expressões correntes do modo ortodoxo de escrever.
- (b) Na nova forma de comunicação, *smiley*, *emoticon* e *emojis* são todos sinônimos e correspondem a uma grande biblioteca de figuras prontas, não admitindo o uso de caracteres alfanuméricos.
- (c) Os *emojis* adaptaram o uso de caracteres alfanuméricos combinados para formar desenhos de grande complexidade que reproduzem obras e arte clássicas.
- (d) Exclusivamente usada na comunicação por meio de mensagens de textos em telefonia móvel, os *emojis* foram, originalmente, desenvolvidos para a comunicação entre membros da "tribo urbana emo".
- (e) Em que pese os *emojis* serem usados intensamente em mensagens instantâneas, dificilmente são suficientemente inteligíveis de modo que se prestam mais para função decorativa do que para comunicação.

**QUESTÃO 16.** Cada um dos países latino-americanos que faz fronteira com o Brasil apresenta peculiaridades geográficas, culturais e outros ícones, as quais permitem a sua identificação sem que haja a necessidade da declinação do seu nome. Sobre isso, assinale a alternativa que não corresponde ao verdadeiro.

- (a) Ao falar em tango, Maradona e Messi, é possível que todos identifiquem a Argentina em função desses ícones.
- (b) Ao falar da linha imaginária que separa a Terra em dois hemisférios, o Norte e o Sul, todos situam o Equador que lhe empresta o nome.
- (c) Petróleo, PDVSA e Hugo Chávez certamente remeterão à Venezuela.
- (d) As FARC, Pablo Escobar, ainda que represente ícones associados ao sofrimento, relacionam-se à Colômbia.
- (e) Machu Picchu e império Inca estarão certamente associados ao Peru.

**QUESTÃO 17.**

*"Nestas confluências, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo, num novo modelo de estruturação societária. Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos." (p.19).*

O excerto acima foi retirado de uma obra seminal que, em 2015, fez 20 anos da sua publicação. Ela representa um tratado antropológico repleta de primor e beleza que estuda a gênese do Brasil e suas matrizes culturais constituintes. Último trabalho do seu autor, que faleceu pouco tempo depois, representa para cultura brasileira uma das mais importantes obras do século XX. O autor, embora tenha se notabilizado como antropólogo, destacou-se grandemente no campo da educação, tendo sido fundador e primeiro reitor na Universidade de Brasília (UnB).

Diante do referido acima, identifique a alternativa que contém o nome da obra e seu autor, respectivamente.

- (a) *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado.
- (b) *Viva o Povo Brasileiro*, João Ubaldo Ribeiro.
- (c) *A Cultura Brasileira*, Fernando de Azevedo.
- (d) *Casa-Grande & Senzala*, Gilberto Freyre.
- (e) *O Povo Brasileiro*, Darcy Ribeiro.

**QUESTÃO 18.** Carlos Alberto Brilhante Ustra, 83 anos, morreu na madrugada da quinta-feira (15/10/2015) no hospital Santa Helena, em Brasília. Embora as notícias na mídia tenham repercutido a morte de Ustra, não houve maiores alardes diante da estatura deste personagem. Analise as alternativas abaixo e assinale a verdadeira.

- (a) Carlos Alberto Brilhante Ustra, renomado filósofo fenomenologista brasileiro, destacou-se como ministro da educação do governo do General Geisel tendo contribuído, sobremaneira, para o acordo educacional entre Brasil e Estados Unidos, conhecido como MEC-USAID.
- (b) Brilhante Ustra, engenheiro da equipe de Oscar Niemeyer, por ocasião de construção de Brasília, foi responsável pela execução dos projetos arquitetônicos de Niemeyer para a Praça dos Três Poderes. Autor da frase célebre "*o que um arquiteto pode sonhar, um engenheiro pode realizar*", pronunciada por ocasião da construção das cúpulas do Congresso Nacional.
- (c) Conhecido como Coronel Brilhante Ustra, comandou o principal órgão de repressão dos governos militares, o DOI-CODI paulista. Causou polêmica ao depor na Comissão da Verdade em maio de 2013, quando negou que tivesse cometido crimes à frente do órgão e o que fazia era "combater o terrorismo".
- (d) Médico sanitariano brasileiro, Ustra se destacou nas décadas de 60 e 70 por ter erradicado a febre amarela e a malária dos centros urbanos brasileiros, sendo responsável por vasta publicação de trabalhos científicos no campo da epidemiologia.
- (e) Conhecido como "patrono do samba", Brilhante Ustra foi um dos primeiros compositores de samba-enredo dos antigos carnavais do Rio de Janeiro com parcerias memoráveis com Mário Lago, Adoniran Barbosa e Jackson do Pandeiro.

**QUESTÃO 19.** Muita polêmica, expectativas e esperança concentram-se diante de substância pesquisada há mais de duas décadas por cientistas do Instituto de Química da Universidade de São Carlos em São Paulo, que teria a capacidade de curar séria moléstia. Não há registro e nem autorização para o uso dessa substância na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), principal órgão de regulação do setor. Analise as alternativas abaixo e assinale a correta sobre o assunto.

- (a) A substância em questão é a *Fosfoetanolamina Sintética* e teria suposta eficácia contra vários tipos de cânceres.
- (b) A substância em questão é um derivado da maconha chamado *Canabidiol* com comprovada eficácia contra convulsões em crianças.
- (c) A polêmica substância é a *Codeína*, um opiáceo derivado da papoula proibida no Brasil, que tem propriedades curativas contra o mal de o Alzheimer.
- (d) A droga polêmica trata-se da *Metanfetamina* (MA) droga estimulante do sistema nervoso central, tida como a cura definitiva contra o mal de Parkinson.
- (e) Tida como viciante, a substância em evidência é o *Cloridrato de Nortriptilina*, proibido no Brasil, e tem seu uso supostamente eficaz para a cura cânceres do aparelho digestório.

**QUESTÃO 20.** No Brasil não há pena capital para crimes. A pena máxima para todo e qualquer delito é de trinta anos de reclusão. Todavia há uma exceção nos períodos de guerra, conforme o artigo 5º Inciso XLVII da Constituição Federal, onde se prevê a aplicação de pena de morte em caso de guerra declarada. Porém, em recente episódio, que envolveu incidente diplomático, dois cidadãos brasileiros foram condenados à pena capital e fuzilados não obstante apelos de autoridades governamentais. As motivações que levaram a condenação, os executados e o país que os executou, respectivamente, estão corretamente em uma única alternativa, identifique-a.

- (a) Terrorismo internacional, Marco Moreira e Rodrigo Muxfeldt, Arábia Saudita.
- (b) Tráfico de drogas, Marco Archer e Rodrigo Gularte, Indonésia.
- (c) Tráfico de mulheres, Marco Archer e Rodrigo Gularte, Malásia.
- (d) Tráfico de armas, Marco Archer e Rodrigo Gularte, Indonésia.
- (e) Tráfico de drogas opiáceas, Toniho Archer e Pedro Aguiar, Afeganistão.

### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – Questões de 21 a 40**

**Instrução:** analise cuidadosamente as questões apresentadas e marque na **Folha de Respostas** a alternativa coerente com a pergunta dada.

**QUESTÃO 21.** Acerca dos defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa incorreta.

- (a) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- (b) O estado de perigo para viciar declaração de vontade há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família ou aos seus bens.
- (c) O negócio jurídico pode ser anulável por dolo de terceiro, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento; em caso contrário, ainda que subsista o negócio jurídico, o terceiro responderá por todas as perdas e danos da parte a quem ludibriou.
- (d) Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, se dela tivesse ou devesse ter conhecimento a parte a que aproveite, e esta responderá solidariamente com aquele por danos.
- (e) O erro é substancial quando, sendo de direito e não implicando recursa de aplicação de lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.

**QUESTÃO 22.** A servidão proporciona utilidade ao prédio dominante e grava o prédio serviente, que pertence a diverso dono, e constitui-se mediante declaração expressa dos proprietários, ou por testamento e subsequente registro no Cartório de Registro de Imóveis. Acerca do direito de servidão, assinale a incorreta.

- (a) O dono de uma servidão pode fazer todas as obras necessárias à sua conservação e uso, e, se a servidão pertencer a mais de um prédio, serão as despesas rateadas entre os respectivos donos.
- (b) A servidão pode ser removida, de um local para outro, pelo dono do prédio serviente e à sua custa, se em nada diminuir as vantagens do prédio dominante, ou pelo dono deste e à sua custa, se houver considerável incremento da utilidade e não prejudicar o prédio serviente.
- (c) As servidões prediais são indivisíveis, e subsistem, no caso de divisão dos imóveis, em benefício de cada uma das porções do prédio dominante, e continuam a gravar cada uma das do prédio serviente, salvo se, por natureza, ou destino, só se aplicarem a certa parte de um ou de outro.
- (d) Extingue-se a servidão pelo não uso, durante cinco anos contínuos, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante prova da extinção.
- (e) O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por dez anos, com justo título e boa-fé, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumada a usucapião.

**QUESTÃO 23.** Acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a incorreta.

- (a) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (b) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (c) A lei considera o crime de racismo inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.
- (d) São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- (e) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional e por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

**QUESTÃO 24.** A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal de 1988. Sobre a organização político-administrativa do Estado Brasileiro, assinale a correta.

- (a) Os Municípios podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Municípios, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- (b) Compete à União, Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre desapropriação.
- (c) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- (d) Compete privativamente à União legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde, serviço postal e populações indígenas;
- (e) Cabe aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

**QUESTÃO 25.** Sobre as Constituições do Brasil e sua classificação, assinale a opção correta.

- (a) Inspirada no modelo inglês, a Constituição Brasileira de 1891 classifica-se como histórica ou costumeira.
- (b) É correto dizer que a Constituição de 1988 classifica-se como democrática, escrita, dogmática, analítica, formal, rígida e dirigente.
- (c) Quanto à finalidade, a Constituição Brasileira de 1934 era considerada como Constituição balanço, pois se destinava a registrar e discutir o momento histórico da época, pensando no texto constitucional seguinte, o que resultou na Constituição de 1937.
- (d) A Carta Política de 1988 classifica-se como outorgada, semirrígida, escrita, dogmática, formal, concisa e dirigente.
- (e) Foram outorgadas as seguintes Constituições Brasileiras: de 1891, de 1937, de 1967 e de 1969.

**QUESTÃO 26.** Sobre os Municípios, assinale a assertiva errada.

- (a) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado.
- (b) O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de sete e meio por cento da receita do Município.
- (c) O presidente da Câmara Municipal que efetuar despesas superiores a setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores, comete crime de responsabilidade.
- (d) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
- (e) As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

**QUESTÃO 27.** Acerca dos direitos e partidos políticos, é correto afirmar:

- (a) É exigida a idade mínima de trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e Senador.

- (b) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros, ainda que naturalizados brasileiros, e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- (c) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de dez dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (d) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral e no Supremo Tribunal Federal.
- (e) Constitui condição de elegibilidade a idade mínima de vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Juiz de Paz.

**QUESTÃO 28.** “Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida”, configura o crime de:

- (a) Corrupção ativa.
- (b) Peculato.
- (c) Concussão.
- (d) Corrupção passiva.
- (e) Prevaricação.

**QUESTÃO 29.** Acerca dos crimes ambientais previstos na Lei nº 9.615/98, assinale a errada.

- (a) Configura-se crime contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.
- (b) Constitui crime contra a administração ambiental destruir, inutilizar ou deteriorar bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial.
- (c) Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional.
- (d) São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitâneas dos Portos, do Ministério da Marinha.
- (e) As infrações administrativas são punidas com advertência, multa simples, multa diária, apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração, destruição ou inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão parcial ou total de atividades e restritiva de direitos.

**QUESTÃO 30.** Acerca dos Conselhos Tutelares, assinale a alternativa correta, conforme a Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

- (a) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.
- (b) Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos: reconhecida idoneidade moral, idade superior a dezoito anos e residir no município.
- (c) Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, aos quais é assegurado o direito a cobertura previdenciária, gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, licença-maternidade, licença-paternidade e gratificação natalina.
- (d) As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de qualquer cidadão.
- (e) Entendendo necessário o afastamento do convívio familiar, o Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, comunicará *incontinenti* o fato ao Juiz da Infância e Juventude, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, apoio e promoção social da família.

**QUESTÃO 31.** De acordo com o que estabelece a Lei Complementar no 101/00, tem-se por correto que:

- (a) Os títulos da dívida pública, ainda que devidamente escriturados em sistema centralizado de liquidação e custódia, não poderão ser oferecidos em caução para garantia de empréstimos, ou em outras transações previstas em lei, pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- (b) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a quatro exercícios.
- (c) A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e da declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- (d) Os Municípios só contribuirão para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação se houver autorização na lei de diretrizes orçamentárias e no plano plurianual.
- (e) Para os efeitos desta Lei Complementar 101/00, dívida pública consolidada ou fundada é a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

**QUESTÃO 32.** Não suspende a exigibilidade do crédito tributário:

- (a) dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
- (b) moratória.
- (c) depósito do seu montante integral.
- (d) reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- (e) concessão de medida liminar em mandado de segurança.

**QUESTÃO 33.** Acerca dos tributos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, assinale a alternativa errada.

- (a) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.
- (b) Compete ao Distrito Federal e aos Estados não divididos em Municípios, instituir, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e aos Municípios.
- (c) Em nenhuma hipótese, será permitido que os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios tenham o encargo de arrecadar os impostos de competência da União.
- (d) O produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural será distribuído pela União aos Municípios da localização dos imóveis, bem como o produto da arrecadação, na fonte, do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente sobre a renda das obrigações de sua dívida pública e sobre os proventos dos seus servidores e dos de suas autarquias.
- (e) As taxas cobradas pela União, Estados, Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

**QUESTÃO 34.** Acerca do Mandado de Segurança, é correto afirmar que:

- (a) Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- (b) Será decretada a perempção ou caducidade da medida liminar *ex officio* ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de 2 (dois) dias úteis, os atos e as diligências que lhe cumprirem.
- (c) Quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada ou do Ministério Público e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar e da sentença, dessa decisão caberá agravo, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte à sua interposição.
- (d) O mandado de segurança coletivo induz litispendência para as ações individuais e os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.

- (e) São cabíveis, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios.

**QUESTÃO 35.** Acerca da organização administrativa do Estado, assinale a correta.

---

- (a) As sociedades de economia mista que exploram atividades administrativas em sentido estrito são consideradas entes da administração pública indireta em sentido material ou funcional.
- (b) Ocorre a chamada desconcentração administrativa quando o Estado outorga o desempenho de algumas de suas atribuições por meio de pessoas jurídicas distintas, preservando o controle finalístico do primeiro sobre as últimas.
- (c) As autarquias foram criadas de forma sistemática, de modo que, somente por lei específica poderá ser instituída, adquirindo personalidade jurídica após a inscrição dos seus atos constitutivos em registro público.
- (d) Somente por lei específica, poderá ser autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei federal, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- (e) Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades da administração pública indireta, assim como a participação de qualquer uma delas em empresa privada.

**QUESTÃO 36.** Nos termos da Lei nº 8666/93, não é dispensável a licitação:

---

- (a) na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- (b) na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.
- (c) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
- (d) para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
- (e) para a contratação de serviços técnicos profissionais especializados definidos na lei de contratos e licitações, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

**QUESTÃO 37.** Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário público:

---

- (a) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- (b) receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;
- (c) utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.
- (d) frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.
- (e) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.

**QUESTÃO 38.** Acerca do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, marque a assertiva errada.

---

- (a) O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.
- (b) Salvo disposição legal específica, é de cinco dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida e de 30 dias para ser decidido.
- (c) Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.
- (d) Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.
- (e) Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior.

**QUESTÃO 39.** Acerca dos serviços públicos, marque a errada.

---

- (a) Os serviços públicos *uti singuli* podem ser remunerados mediante à cobrança de impostos.
- (b) Os serviços públicos próprios tanto são executados diretamente pelo Estado, por seus órgãos e agentes, quanto indiretamente, por meio de delegação a particulares, tal qual ocorre com as concessionárias e permissionárias.
- (c) A permissão de serviço público consiste na delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- (d) Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.
- (e) A autorização é modalidade de delegação realizada por ato administrativo de caráter precário e revogável, feita à pessoa física ou jurídica, sem necessidade de prévia autorização legislativa e de licitação para sua formalização.

**QUESTÃO 40.** Conforme Lei Orgânica do Município de Serrinha – Bahia, compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito:

---

- (a) Autorizar referendo e convocar plebiscito.
- (b) Conceder título honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços ao Município, mediante decreto legislativo, aprovado pela maioria de dois terços dos seus membros.
- (c) Elaborar seu Regimento Interno.
- (d) Legislar sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas.
- (e) Criar comissões especiais de inquéritos sobre fato determinado que inclua na competência da Câmara Municipal, sempre que requerer, pelo menos um terço dos membros da Câmara.





---

---

**REALIZAÇÃO**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO**

**CONTATOS**



*www.multydeias.com.br*

*contato@multydeias.com.br*